



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Geovani Batista Spiecker, servidor técnico atualmente afastado de suas funções no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

O senhor Geovani Batista Spiecker é servidor técnico do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) atualmente está afastado de suas funções, deve ser convocado para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) devido ao seu envolvimento direto nas investigações referentes ao esquema bilionário de descontos indevidos em benefícios previdenciários, conhecido como Operação Sem Desconto.

Geovani Spiecker ocupava o cargo de diretor substituto de benefícios e relacionamento com o cidadão no INSS, sendo responsável pela supervisão dos Acordos de Cooperação Técnica – ACT, com entidades associativas.

As investigações da Polícia Federal (PF) e da Controladoria-Geral da União (CGU) indicam que ele enviou arquivos de supostos beneficiários para descontos associativos à Dataprev, sem que houvesse autorização legítima das associações envolvidas.



Ademais, conduziu tratativas para implementar uma regra transitória que viabilizaria a retomada desses descontos, contrariando procedimentos legais e gerando suspeita quanto à legalidade das ações praticadas.

O afastamento cautelar do senhor Geovani Batista Spiecker, determinado pelo INSS e judicialmente respaldado, visa preservar o interesse público e evitar eventuais prejuízos à administração pública enquanto se apuram os fatos.

Considerando a gravidade das acusações, o impacto financeiro para a previdência social e a necessidade de esclarecer o papel de servidores públicos na facilitação desse esquema, a sua oitiva nesta CPMI é imprescindível para auxiliar no aprofundamento das investigações e garantir a transparência e responsabilização dos envolvidos.

Sala da Comissão, de de .

Deputada Coronel Fernanda
(PL - MT)

